



FUNDADA EM 1882

RELATÓRIO E CONTAS 2022



ASSEMBLEIA-GERAL

Carlos Manuel Ribeiro Soares Braga
Presidente

António Rui Pacheco de Barros
Vice-Presidente

Rodrigo do Vale Moreno Bastos Cardoso
Secretário

Joana Inês Neves Fraga
Suplente

João Daniel da Cruz Gentil
Suplente

MESA ADMINISTRATIVA

Álvaro José da Costa Fraga Pereira
Provedor

Manuel Alves
Vice-Provedor

José António Vieira Bastos Cardoso
Tesoureiro

Sofia Neves de Queiroz Neves
Secretária

Felipe Joaquim Neves de Barros
Vogal

Maria de Lurdes de Sousa Neves
Suplente

Marta Sofia Neves Fraga
Suplente

DEFINITÓRIO

Aniceto Vieira Martins
Presidente

Eduardo Manuel da Cunha Pinto
Vice-Presidente

Constança Mariana Delgado Baldaia
Vogal

Francisco Mesquita Guimarães Cardoso e Moura
Suplente

Cátia Sofia Rocha Teixeira
Suplente

INTRODUÇÃO



Caros Associados presentes à Assembleia-Geral Ordinária de 27 de Março 2023:

Dando cumprimento legal ao preceituado na alínea b) do nº2 do artigo 17º dos Estatutos da Associação do Hospital de Crianças Maria Pia, a Mesa Administrativa submete à Assembleia-Geral a Apreciação e Votação do Relatório e Contas referente ao exercício findo em 31 de Dezembro 2022, bem como fazer acompanhar a este Relatório e Contas o devido Parecer do Definitório.



Dei comigo zangado!

Zangado com a minha consciência.

E que razões para essa zanga?: simplesmente a razão de não concordar; do sentido de justiça que assiste à nossa Associação, mais que centenária.

Busquei a justificação da zanga nas obras de misericórdia espirituais que aqui vão para deixar a zanga:

1. DAR BONS CONSELHOS

É exigível uma grande sensibilidade e bom-senso para a justeza entre o pedir e dar conselhos, individuais ou coletivos numa sociedade estruturada.

2. ENSINAR OS IGNORANTES

Formar pessoas sólidas e responsáveis virou, nos dias de hoje, tarefa urgente, coletiva e grandiosa, determinante no desenvolvimento humano.

3. CORRIGIR COM CARIDADE OS QUE ERRAM

Os tempos atuais não são de consensos.

A crise das ideologias e o desenvolvimento das sociedades levou à tendência das escolhas individuais, à complexidade e à dramatização, à vitimização pela coação.

As pessoas, porque dotadas de razão e livre vontade e, com responsabilidade, buscam a verdade gozada na liberdade e imunidade da coação externa no sentido do caminho do bem.

4. CONSOLAR OS TRISTES

Platão dizia: *“O juiz não é nomeado para fazer favores com a justiça, mas para julgar segundo as leis”*.

A consolação de uma triste juíza não poderá ser obra do momento, antes, requer tempo e modo.

Temos que ter muita paciência que sentir tristeza, já basta.

5. PERDOAR AS INJÚRIAS

No Sermão da Montanha, o Pai ensinou: *“Perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido”*.

O perdão das ofensas é a centralidade das relações humanas, a origem do sujeito, mas há uma pergunta à humanidade insolidária e injusta, se todas as ofensas podem ser perdoadas e a resposta não é fácil.

6. SUPORTAR COM PACIÊNCIA AS FRAQUEZAS DO NOSSO PRÓXIMO

A lógica da suportação é a da paciência e leva às portas da compreensão.

O perdão é um ato de justiça, que o homem tem paciência, sabedoria e inteligência capaz da reconciliação.

7. REZAR A DEUS POR VIVOS E MORTOS

Humildemente e, frequentemente, meu saudoso Pai perante as agruras que aos outros calhavam, exclamava: “Não rezam, meu filho...”.

O fito desta Mensagem foi a zanga de não concordar com a Sentença considerada absurda que, conforme Platão dizia, seja sem favores, simplesmente do direito que se não vislumbra.

Tenho que justificar aos Associados que os considerandos das obras de misericórdia espirituais me consolaram.

A Associação há-se dar jeito a todas as contrariedades.

O Provedor.



Nos termos estatutários, vem a Mesa Administrativa apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2022, expondo a análise da situação económica e financeira durante esse período até 31 de dezembro de 2022, evidenciando todos as circunstâncias que corroboram essa análise da situação.

Os resultados económicos obtidos pela Associação em 2022, demonstram uma situação de cumprimento das metas propostas no orçamento 2022, ao nível da taxa de ocupação da residência de estudantes e alojamentos, mas também espelham uma situação negativa do início de uma crise, com a guerra da Ucrânia e a instalação da taxa de inflação, vivida após o contexto pandémico de 2021, sem descurar que o elevado valor de rendas em dívida do contrato de arrendamento com a CAGH pesam consideravelmente no nosso equilíbrio financeiro.

Deve-se referir, que o exercício 2022 em termos económicos e financeiros é influenciado por estes fatores, apresentando um Resultado Líquido negativo de 99.939,65 €, tendo a atividade operacional obtido um Cash Flow negativo de 26.067,33 € e uma diminuição de disponibilidades no período de 21.784,44 €.

| | 2022 | 2021 | 2020 |
|--|------------|-------------|-------------|
| Resultado antes Depreciações, Financeiros e Impostos | -26 067,33 | -56 259,18 | -101 811,70 |
| Resultado Líquido Exercício | -99 939,65 | -131 187,06 | -177 149,30 |

A estrutura patrimonial da Associação mantém-se incólume, o património imobiliário tem um valor bruto contabilístico de 5 369.048,96 €, avaliado ao custo histórico, as depreciações acumuladas ascendem a 3 320.961,01 €.

| | 2022 | 2021 | 2020 |
|-----------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Ativo não Correntes | | | |
| Ativos fixos Tangíveis | 2 048 087,95 | 2 121 744,22 | 2 186 386,53 |
| Ativos Intangíveis | 10 000,00 | 10 000,00 | 10 000,00 |
| Ativos Correntes | 9 135,07 | 9 644,45 | 9 182,26 |
| Caixa e depósitos bancários | 59 255,76 | 81 040,20 | 148 954,63 |

ANÁLISE ÀS CONTAS | SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Ao nível dos rendimentos, os provenientes dos Alojamentos e Residência de estudantes, no montante de 153.344,67 €, foram o que de positivo se obteve no exercício económico de 2022 da Associação, ficaram praticamente com 100% de execução financeira e com uma taxa de ocupação de cerca 90%, muito acima do realizado em anos anteriores, prevendo-se boas perspectivas para 2023 tendo em conta as reservas de quartos existentes.

Foram novamente contabilizadas em 2022 rendas no valor de 300.000 € referentes ao arrendamento do edifício do Hospital, que permanecem em dívida a 31 de dezembro 2022, nesse sentido foi considerado prudente no final do exercício fazer um reforço da imparidade existente, no montante de 300.000 €, para cobrir a dívida de cobrança duvidosa.

| RENDIMENTOS | 2022 | 2021 | 2020 |
|---|------------|------------|------------|
| Alojamentos Locais e Residência de Estudantes | 153 344,67 | 104 358,73 | 89 849,53 |
| Quotas Associados | 156,00 | 288,00 | 632,00 |
| Subsídios | 30,00 | 25,00 | 50,00 |
| Rendas em propriedades | 300 000,00 | 300 000,00 | 187 500,00 |
| Aumento justo valor | 28,22 | 205,56 | |
| Benefícios de penalidades contratuais | | | 23 123,00 |
| Outros Rendimentos | | 50,11 | |
| Juros e dividendos | | 131,00 | 181,68 |
| Juros e Rend. Similares Obtidos | 41,28 | 40,82 | 41,28 |
| | 453 600,17 | 405 099,22 | 301 377,49 |

A Associação em 2022 manteve a estratégia interna de contenção de gastos correntes, conseguindo manter o mesmo nível de despesa nos Fornecimentos e Serviços Externos, apesar da pressão imposta pela inflação, sempre com a qualidade na manutenção dos edifícios e serviços prestados aos utilizadores, nos Gastos verificou-se um aumento nos gastos de pessoal, derivado do regresso de pessoal ao trabalho que se encontrava de baixa por natalidade.

| GASTOS | 2022 | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|------------|------------|------------|
| Fornecimentos Serviços Externos | 70 684,97 | 69 052,23 | 79 885,74 |
| Pessoal | 108 686,92 | 91 283,39 | 135 342,82 |
| Perdas por Imparidade | 300 000,00 | 300 000,00 | 185 000,00 |
| Redução Justo Valor | | | 1 044,34 |
| Outros Gastos | 1 042,93 | 981,96 | 1 916,29 |
| Gastos Depreciação e Amortização | 73 913,60 | 74 968,70 | 75 337,60 |
| | 554 328,42 | 536 286,28 | 478 526,79 |

De seguida são apresentados:

- Análise à conta de Resultados 2022, tendo por comparação a previsão apresentada no Programa de Ação e Orçamento para 2022.
- Análise aos Resultados 2022 por Centro de Custo Analíticos

ANÁLISE ÀS CONTAS | SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL DE CRIANÇAS MARIA PIA RELATÓRIO E CONTAS 2022

| | Demonstração dos Resultados por Naturezas | | | |
|--|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Execução 2021 | Orçamento 2022 | Execução 2022 | Desvio |
| Prestações de Serviços | 104 646,73 | 155 400,00 | 153 500,67 | -1 869,33 |
| Quotas dos Associados | 288,00 | 600,00 | 156,00 | -444,00 |
| Alojamentos Locais e Residência Estudantes | 104 358,73 | 154 800,00 | 153 344,67 | -1 455,33 |
| Consultório Social | | | | |
| Serviços secundários | | | | |
| Subsídios, doações e legados à exploração | 25,00 | | 30,00 | 30,00 |
| Fornecimentos e Serviços Externos : | 69 052,23 | 59 176,53 | 70 684,97 | 11 508,44 |
| Subcontratos | | 0,00 | | 0,00 |
| Serviços especializados | 24 280,35 | 20 553,50 | 18 702,83 | -1 850,67 |
| Trabalhos especializados | 15 526,31 | 15 000,00 | 14 710,55 | |
| Honorários | | 0,00 | | |
| Conservação e reparação | 7 373,42 | 4 000,00 | 2 698,04 | |
| Serviços bancários | 827,12 | 1 000,00 | 637,42 | |
| Outros | 553,50 | 553,50 | 656,82 | |
| Materiais | 1 855,90 | 1 300,00 | 1 115,68 | -184,32 |
| Ferramentas | | | | |
| Livros e documentação técnica | 13,00 | | | |
| Material de escritório | 695,74 | 500,00 | 877,44 | |
| Outros materiais | 1 147,16 | 800,00 | 238,24 | |
| Energia e Fluidos | 19 410,78 | 18 180,00 | 24 286,70 | 6 106,70 |
| Eletricidade | 9 737,46 | 9 300,00 | 10 251,86 | |
| Água | 5 946,82 | 5 450,00 | 8 246,03 | |
| Gás | 3 726,50 | 3 430,00 | 5 788,81 | |
| Deslocações e estadas | | 0,00 | 194,60 | 194,60 |
| Serviços diversos | 23 505,20 | 19 143,03 | 26 385,16 | 7 242,13 |
| Rendas e alugueres | 371,03 | 371,03 | 1 594,87 | |
| Comunicação | 5 407,32 | 5 232,00 | 4 896,61 | |
| Seguros | 2 865,47 | 2 740,00 | 3 106,00 | |
| Contencioso e notariado | 612,00 | 1 000,00 | 459,00 | |
| Despesas de representação | 6 482,92 | 2 500,00 | 8 285,05 | |
| Limpeza, Higiene e conforto | 3 735,71 | 3 300,00 | 3 728,63 | |
| Outros serviços | 4 030,75 | 4 000,00 | 4 315,00 | |
| Gastos Pessoal | 91 283,39 | 112 758,41 | 108 686,92 | -4 071,49 |
| Remunerações | 70 164,35 | 86 971,56 | 83 787,84 | -3 183,72 |
| Vencimentos anuais | 50 621,54 | 69 599,89 | 66 584,62 | |
| Subsídio férias / natal | 13 132,14 | 11 599,98 | 11 251,54 | |
| Subsídio alimentação | 4 092,49 | 5 771,69 | 5 151,68 | |
| Prémios e Subsídios | 4 800,00 | | | |
| Var. estimativa férias | -2 600,00 | | | |
| Trabalho Suplementar | 118,18 | | 800,00 | |
| Benefícios pós-emprego | 6 623,68 | 6 623,68 | 6 623,68 | |
| Encargos sobre remunerações | 13 727,03 | 18 107,57 | 17 582,93 | -524,64 |
| Seguro acidentes no trabalho | 768,33 | 1 055,60 | 692,47 | -363,13 |
| Outros gastos | | | | 0,00 |
| Perdas por Imparidade | 300 000,00 | | 300 000,00 | 300 000,00 |
| Aumento Justo Valor | 205,56 | | 28,22 | 28,22 |
| Outros Rendimentos | 300 050,11 | 1 000,00 | 300 676,18 | 299 676,18 |
| Rendimentos suplementares | | | | |
| Rendas em propriedades | 300 000,00 | | 300 000,00 | |
| Benefícios de penalidades contratuais | | | 183,33 | |
| Correções rel. Exerc. Anteriores | 50,11 | | 492,85 | |
| Outros | | 1 000,00 | | |
| Juros , dividendos | | 500,00 | 112,42 | -387,58 |
| Outros Gastos | 981,96 | 1 000,00 | 1 042,93 | 42,93 |
| Resultado A. Dep. G. Financ. e Imp. | -56 390,18 | -16 034,94 | -26 067,33 | -10 002,39 |
| Gastos /reversões de depreç e amortização | 74 968,70 | 73 005,17 | 73 913,60 | 908,43 |
| Resultado Operacional | -131 358,88 | -89 040,11 | -99 980,93 | -10 940,82 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 171,82 | 100,00 | 41,28 | -58,72 |
| Resultado antes de Impostos | -131 187,06 | -88 940,11 | -99 939,65 | -10 999,54 |
| Resultado Líquido do período | -131 187,06 | -88 940,11 | -99 939,65 | -10 999,54 |

ANÁLISE ÀS CONTAS | SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL DE CRIANÇAS MARIA PIA
RELATÓRIO E CONTAS 2021

| | | ANALÍTICA 2022 | | | | |
|--|-------------------|--------------------|------------------|---------------------|--------------------|--------------------|
| | TOTAL | Associação | Casa Ramiro leão | Casa Albino Batista | Casa Silvío Cervan | Consultório Social |
| 72 Prestações de Serviços | 153 500,67 | 156,00 | 40 368,11 | 43 715,43 | 69 261,13 | 0,00 |
| Quotas dos Associados | 156,00 | 156,00 | | | | |
| Alojamentos Locais e Residência Estudantes | 153 344,67 | | 40 368,11 | 43 715,43 | 69 261,13 | |
| Consultório Social | 0,00 | | | | | |
| Subsídios, doações e legados à exploração | 30,00 | 30,00 | | | | |
| 62 Fornecimentos e Serviços Externos : | 70 684,97 | 39 049,33 | 7 719,05 | 10 387,23 | 13 529,36 | 0,00 |
| Subcontratos | 0,00 | | | | | |
| Serviços especializados | 18 702,83 | 16 507,57 | 910,59 | 788,90 | 495,77 | 0,00 |
| Trabalhos especializados | 14 710,55 | 14 710,55 | | | | |
| Honorários | | | | | | |
| Conservação e reparação | 2 698,04 | 502,78 | 910,59 | 788,90 | 495,77 | |
| Serviços bancários | 637,42 | 637,42 | | | | |
| Outros | 656,82 | 656,82 | | | | |
| Materiais | 1 115,68 | 1 115,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ferramentas | 0,00 | | | | | |
| Livros e documentação técnica | 0,00 | | | | | |
| Material de escritório | 877,44 | 877,44 | | | | |
| Outros materiais | 238,24 | 238,24 | | | | |
| Energia e Fluidos | 24 286,70 | 1 340,71 | 4 950,25 | 7 602,25 | 10 393,49 | 0,00 |
| Eletricidade | 10 251,86 | 577,64 | 3 083,05 | 2 360,51 | 4 230,66 | |
| Água | 8 246,03 | 461,91 | 1 867,20 | 1 957,72 | 3 959,20 | |
| Gás | 5 788,81 | 301,16 | | 3 284,02 | 2 203,63 | |
| Deslocações e estadas | 194,60 | 194,60 | | | | |
| Serviços diversos | 26 385,16 | 19 890,77 | 1 858,21 | 1 996,08 | 2 640,10 | 0,00 |
| Rendas e alugueres | 1 594,87 | 1 594,87 | | | | |
| Comunicação | 4 896,61 | 2 891,69 | 402,33 | 450,04 | 1 152,55 | |
| Seguros | 3 106,00 | 1 302,02 | 626,47 | 741,43 | 436,08 | |
| Contencioso e notariado | 459,00 | 459,00 | | | | |
| Despesas de representação | 8 285,05 | 8 285,05 | | | | |
| Limpeza, Higiene e conforto | 3 728,63 | 1 043,14 | 829,41 | 804,61 | 1 051,47 | |
| Outros serviços | 4 315,00 | 4 315,00 | | | | |
| 63 Gastos Pessoal | 108 686,92 | 55 530,32 | 15 338,66 | 15 338,61 | 22 479,33 | 0,00 |
| 65 Perdas por Imparidade | 300 000,00 | 300 000,00 | | | | |
| 78 Outros Rendimentos | 300 788,60 | 300 788,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 787 Rendas em propriedades | 300 000,00 | 300 000,00 | | | | |
| Benefícios de penalidades contratuais | 183,33 | 183,33 | | | | |
| Correções rel. Exerc. Anteriores | 492,85 | 492,85 | | | | |
| Outros | 0,00 | | | | | |
| Juros , dividendos | 112,42 | 112,42 | | | | |
| Aumento de Justo Valor | 28,22 | 28,22 | | | | |
| 68 Outros Gastos | 1 042,93 | 542,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 500,00 |
| Taxas | 0,00 | | | | | |
| Outros Gastos | 1 042,93 | 542,93 | | | | 500,00 |
| Resultado A. Dep. G. Financ. e Imp. | -26 067,33 | -94 119,76 | 17 310,40 | 17 989,59 | 33 252,44 | -500,00 |
| Gastos /reversões de depreç e amortização | 73 913,60 | 27 627,04 | 8 698,50 | 5 408,26 | 31 484,18 | 695,62 |
| Resultado Operacional | -99 980,93 | -121 746,80 | 8 611,90 | 12 581,33 | 1 768,26 | -1 195,62 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 41,28 | 41,28 | | | | |
| Resultado antes de Impostos | -99 939,65 | -121 705,52 | 8 611,90 | 12 581,33 | 1 768,26 | -1 195,62 |
| Resultado Líquido do período | -99 939,65 | -121 705,52 | 8 611,90 | 12 581,33 | 1 768,26 | -1 195,62 |

BALANÇO



BALANÇO EM 31.12.2022

| | Notas | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|-------|---------------------|---------------------|
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 4 | 2 048 087,95 | 2 121 744,22 |
| Ativos intangíveis | 5 | 10 000,00 | 10 000,00 |
| Outros créditos e ativos não correntes | 9.1 | 2 107,81 | 2 146,05 |
| Total ativo não corrente | | 2 060 195,76 | 2 133 890,27 |
| Ativo corrente | | | |
| Inventários | | | |
| Créditos a receber | 9.2 | 30,00 | |
| Estado e outros entes públicos | 9.6 | 140,00 | 669,36 |
| Diferimentos | | | |
| Outros ativos correntes | 9.2 | 1 524,39 | 1 524,39 |
| Outras aplicações financeiras | 9.9 | 5 332,87 | 5 304,65 |
| Caixa e depósitos bancários | 9.5 | 59 255,76 | 81 040,20 |
| Total ativo corrente | | 66 283,02 | 88 538,60 |
| Total do Ativo | | 2 126 478,78 | 2 222 428,87 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | | |
| Fundos Patrimoniais | | | |
| Fundos | | 2 207 167,92 | 2 207 167,92 |
| Reservas | | 6 832,66 | 6 832,66 |
| Resultados transitados | | (34 803,43) | 96 383,63 |
| | | 2 179 197,15 | 2 310 384,21 |
| Resultado líquido do período | | (99 939,65) | (131 187,06) |
| Total Fundos Patrimoniais | | 2 079 257,50 | 2 179 197,15 |
| PASSIVO | | | |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 9.2 | 4 002,32 | 4 171,45 |
| Estado e outros entes públicos | 9.6 | 3 732,16 | 1 773,47 |
| Diferimentos | 9.4 | 12 500,00 | 12 500,00 |
| Outros passivos correntes | 9.2 | 26 986,80 | 24 786,80 |
| Total passivo corrente | | 47 221,28 | 43 231,72 |
| Total do Passivo | | 47 221,28 | 43 231,72 |
| Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo | | 2 126 478,78 | 2 222 428,87 |

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS



Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2022

| | Notas | 2022 | 2021 |
|---|-------|--------------------|--------------------|
| Vendas e serviços prestados | 6 | 153 500,67 | 104 646,73 |
| Subsídios, doações e legados à exploração | 6 | 30,00 | 25,00 |
| Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | | | |
| Variação nos inventários da produção | | | |
| Trabalhos para a própria entidade | | | |
| Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas | | | |
| Fornecimentos e serviços externos | 9.7 | -70 684,97 | -69 052,23 |
| Gastos com pessoal | 7 | -108 686,92 | -91 283,39 |
| Ajustamentos de inventários (perdas/reversões) | | | |
| Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões) | 9.3 | -300 000,00 | -300 000,00 |
| Provisões (aumentos/reduções) | | | |
| Provisões específicas (aumentos/reduções) | | | |
| Outras imparidades (perdas/reversões) | | | |
| Aumentos/Reduções de justo valor | 9.9 | 28,22 | 205,56 |
| Outros rendimentos | 6 | 300 676,18 | 300 050,11 |
| Outros gastos | 9.8 | -1 042,93 | -981,96 |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | -26 179,75 | -56 390,18 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 4 | -73 913,60 | -74 968,70 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | -100 093,35 | -131 358,88 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 6 | 153,70 | 171,82 |
| Juros e gastos similares suportados | | | |
| Resultado antes de impostos | | -99 939,65 | -131 187,06 |
| Imposto sobre rendimento do período | | | |
| Resultado líquido do período | | -99 939,65 | -131 187,06 |

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31.12.2022

| RUBRICAS | NOTAS | Períodos | |
|--|--|-------------------|-------------------|
| | | 2022 | 2021 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Recebimentos de clientes e utentes | | 165 492,48 | 114 356,01 |
| Pagamentos a fornecedores | | -78 899,69 | -73 627,73 |
| Pagamentos ao pessoal | | -106 333,67 | -95 789,78 |
| | Caixa gerada pelas operações | -19 740,88 | -55 061,50 |
| Outros recebimentos/pagamentos | | -2 443,12 | -411,31 |
| | Fluxos de caixa das atividades operacionais (1) | -22 184,00 | -55 472,81 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | -316,52 | -12 613,44 |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | | |
| Ativos intangíveis | | | |
| Investimentos financeiros | | 562,38 | |
| Outros ativos | | | |
| Subsídios ao investimento | | | |
| Juros e rendimentos similares | | 153,70 | 171,82 |
| | Fluxos de caixa das atividades de investimento (2) | 399,56 | -12 441,62 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| | Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3) | 0,00 | 0,00 |
| | Varição de caixa e seus equivalentes (1) +(2) +(3) | -21 784,44 | -67 914,43 |
| Efeito das diferenças de câmbio | | | |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 9.5 | 81 040,20 | 148 954,63 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 9.5 | 59 255,76 | 81 040,20 |

Deixam-se as Contas para apreciação e votação da Assembleia-Geral.

Na conclusão deste Relatório e Contas 2022, pretendemos deixar uma mensagem de agradecimento aos Membros da Mesa Assembleia-Geral e Definitório, pela sua competência e colaboração e a todos os colaboradores pelo empenho, dedicação e colaboração.

Porto e AHCMP, 28 de Fevereiro 2023

A Mesa Administrativa,

| | |
|------------------|----------------------|
| Provedor | Álvaro Fraga |
| Vice-Provedor | Manuel Alves |
| Tesoureiro-Geral | José António Cardoso |
| Secretária | Sofia Queiroz Neves |
| Vogal | Felipe Barros |



FUNDADA EM 1882

RELATÓRIO E CONTAS 2022

ANEXO

Contas elaboradas pelo Contabilista Certificado
Paulo Filipe Matias Gomes Morais

Inscrito na Ordem dos Contabilistas Certificados
sob o n.º 92739

1 Identificação da Entidade

A Associação do Hospital de Crianças Maria Pia, fundada em 1882 e com sede na Rua da Boavista, 863, na cidade do Porto, é dotada do estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, tem por objeto dar expressão ao dever moral de justiça e solidariedade.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pela normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que faz parte integrante do Sistema de Normalização contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Instituição, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística “SNC”, antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações que a Instituição se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Instituição e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 220/2015, de 15 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

Não foram derrogadas disposições do SNC.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as entidades do setor não lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “devedores e credores por acréscimos” e “diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

| Ativos Tangíveis | Vida Útil | Taxa de Amortização |
|-------------------------------|-----------|---------------------|
| Terrenos e recursos naturais | | |
| Edifícios | 50 | 2,00% |
| Outras construções | 20 | 5,00% |
| Equipamento básico | 8 | 33,33% |
| Equipamento administrativo | 3 | 33,33% |
| Outros ativos fixos tangíveis | 5 | 20,00% |

A entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na demonstração dos resultados nas rubricas "outros rendimentos" ou "outros gastos".

3.2.2 Inventários

Os inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os inventários que a entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “instrumentos financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

 - Alterações no risco segurado;

 - Alterações na taxa de câmbio;

- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

 - Entrada em incumprimento de uma das partes;

 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:

 - 1.1.1. Alterações no preço do bem locado;

 - 1.1.2. Alterações na taxa de câmbio

 - 1.1.3. Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e utentes e outras contas a receber

Os clientes e utentes e as outras contas a receber encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no balanço das perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os ativos e passivos financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “fornecedores” e “outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “fundos patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do código do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC):

- a) as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) as pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos, ou seja, as declarações fiscais da entidade dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

| Ativos fixo tangíveis | 31.12.2022 | Adições | Alienações | Ajustamento/ Abate | 31.12.2021 |
|--------------------------------|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------------------|---------------------|
| Terrenos e recursos naturais | 558 653,64 | | | | 558 653,64 |
| Edifícios e outras construções | 4 376 507,60 | | | | 4 376 507,60 |
| Equipamento básico | 272 433,57 | 257,33 | | | 272 176,24 |
| Equipamento de transporte | | | | | |
| Equipamento administrativo | 161 454,15 | | | | 161 454,15 |
| Outros ativos tangíveis | | | | | |
| Investimentos em curso | | | | | |
| Ativo bruto | 5 369 048,96 | 257,33 | | | 5 368 791,63 |
| Depreciações acumuladas | 3 320 961,01 | -73 913,60 | | | 3 247 047,41 |
| Quantia escriturada | 2 048 087,95 | -73 656,27 | | | 2 121 744,22 |

As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em regime de duodécimos.

5 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.

| Ativo intangível | 31.12.2022 | Adições | 31.12.2021 |
|---|-------------------|----------------|-------------------|
| Direitos de Autor: livro «HOSPITAL DE CRIANÇAS MARIA PIA (1882-2014). HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO QUE FUNDOU, CONSTRUIU E DIRIGIU O PRIMEIRO HOSPITAL PEDIÁTRICO DO PAÍS | 10.000,00 | | 10.000,00 |
| Ativo intangível bruto | 10.000,00 | | 10.000,00 |
| Amortizações acumuladas | | | |
| Quantia escriturada | 10.000,00 | | 10.000,00 |

6 Rédito e outros rendimentos

A quantia de cada categoria significativa de rédito e outros rendimentos reconhecida durante os períodos, apresentam-se no quadro seguinte:

| | 2022 | 2021 |
|--|-------------------|-------------------|
| PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | | |
| Quotas dos Irmãos | 156,00 | 288,00 |
| Residências estudantes | 153 876,75 | 104 358,73 |
| | 154 032,75 | 104 646,73 |
| SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO | | |
| Donativos | 30,00 | 25,00 |
| | 30,00 | 25,00 |
| OUTROS RENDIMENTOS | | |
| Rendas de Imóveis | 300 000,00 | 300 000,00 |
| Benefícios de penalidades contratuais | 183,33 | 50,00 |
| Correções relativas a exercícios anteriores | 492,85 | 0,11 |
| Outros rendimentos operacionais | | |
| | 300 676,18 | 300 050,11 |
| JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS | | |
| Juros credores de depósitos bancários | 7,88 | 40,75 |
| De outras aplicações de meios financeiros líquidos | 104,54 | 90,25 |
| Outros rendimentos similares de juros e rendimento similares | 41,28 | 40,82 |
| | 153,70 | 171,82 |
| TOTAL | 454 892,63 | 404 893,66 |

7 Gastos com o pessoal

Os órgãos diretivos não usufruem remuneração;

Os gastos com o pessoal incorridos nos períodos foram os seguintes:

| | 2022 | 2021 |
|--|-------------------|------------------|
| Pessoal: | | |
| Remunerações do pessoal | 83 787,84 | 70 164,35 |
| Benefícios pós-emprego | 6 623,68 | 6 623,68 |
| Indemnizações | 0,00 | 0,00 |
| Encargos sobre remunerações do pessoal | 17 582,93 | 13 727,03 |
| Seguro de acidentes trabalho | 692,47 | 768,33 |
| Outros gastos | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 108 686,92 | 91 283,39 |

8 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

9 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

9.1 Outros créditos e ativos não correntes

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|--|------------|------------|
| Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) | 2 107,81 | 2 146,05 |

Na rubrica outros créditos e ativos não correntes são reconhecidas as entregas efetuadas pela Instituição ao fundo de compensação do trabalho (FCT), nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto.

9.2 Créditos a receber, fornecedores e outros ativos e passivos correntes

| | 2022 | | | 2021 | | |
|---------------------------|-------------------|----------------------------------|-------------------|-------------------|----------------------------------|-------------------|
| | Valor bruto | Perdas por imparidade acumuladas | Total | Valor bruto | Perdas por imparidade acumuladas | Total |
| Cientes e utentes, c/c | 785 030,00 | 785 000,00 | 30,00 | 485 000,00 | 485 000,00 | 0,00 |
| Outros créditos a receber | 1 524,39 | | 1 524,39 | 1 524,39 | | 1 524,39 |
| Total do Ativo | 786 554,39 | 785 000,00 | 1 554,39 | 486 524,39 | 485 000,00 | 1 524,39 |
| Fornecedores, c/c | 4 002,32 | | 4 002,32 | 4 171,45 | | 4 171,45 |
| Cauções residências | 12 800,00 | | 12 800,00 | 10 600,00 | | 10 600,00 |
| Outros passivos correntes | 14 186,80 | | 14 186,80 | 14 186,80 | | 14 186,80 |
| Total do Passivo | 30 989,12 | 0,00 | 30 989,12 | 28 958,25 | 0,00 | 28 958,25 |
| Total líquido | 755 565,27 | 785 000,00 | -29 434,73 | 457 566,14 | 485 000,00 | -27 433,86 |

9.3 Reconhecimento das perdas por imparidade dos créditos a receber no período

| | Perdas por imparidade | | | |
|----------------|-----------------------|-------------|-------------------|-------------------|
| | Saldo inicial | Reposição | Reforço | Saldo final |
| Cientes | | | | |
| Cientes c/c | 485 000,00 | - | 300 000,00 | 785 000,00 |
| | 485 000,00 | - | 300 000,00 | 785 000,00 |
| Total | 485 000,00 | 0,00 | 300 000,00 | 785 000,00 |

9.4 Diferimentos

| Diferimentos | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| PASSIVOS | | |
| Rendimentos a reconhecer | | |
| Renda de imóvel | 12.500,00 | 12.500,00 |
| | 12.500,00 | 12.500,00 |

9.5 Caixa e Depósitos Bancários

No final do período, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentava a seguinte decomposição:

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|----------------------------|------------------|------------------|
| Caixa | 1 099,74 | 486,33 |
| Depósitos à ordem | 57 156,02 | 21 553,87 |
| Outros depósitos bancários | 1 000,00 | 59 000,00 |
| Total | 59 255,76 | 81 040,20 |

9.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|------------------|------------------|
| Imposto sobre o valor acrescentado | | 529,36 |
| Imposto sobre o rendimento | | |
| Tributos das autarquias locais | 140,00 | 140,00 |
| Total do ativo | 140,00 | 669,36 |
| Imposto sobre o rendimento | | |
| Retenção de impostos sobre o rendimento | 562,00 | 439,00 |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 1 310,53 | 41,41 |
| Contribuições para a Segurança Social | 1 851,50 | 1 265,40 |
| Tributos das autarquias locais | | |
| Fundo de compensação do Trabalho | 8,13 | 27,66 |
| Total do passivo | 3 732,16 | 1 773,47 |
| Total líquido | -3 592,16 | -1 104,11 |

9.7 Fornecimentos e serviços externos

Os gastos incorridos com fornecimentos e serviços externos nos períodos foram os seguintes:

| | 2022 | 2021 |
|---|------------------|------------------|
| Subcontratos | | |
| Serviços especializados | 18 702,83 | 24 280,35 |
| Trabalhos Especializados | 14 710,55 | 15 526,31 |
| Publicidade e propaganda | | |
| Vigilância e Segurança | | |
| Honorários | | |
| Conservação e Reparação | 2 698,04 | 7 373,42 |
| Serviços Bancários | 637,42 | 827,12 |
| Outros Serviços Especializados | 656,82 | 553,50 |
| Materiais | 1 115,68 | 1 855,90 |
| Ferramentas e utensílios de desgaste rápido | | |
| Livros e documentação técnica | | 13,00 |
| Material de Escritório | 877,44 | 695,74 |
| Artigos para oferta | | |
| Outros | 238,24 | 1 147,16 |
| Energia e fluidos | 24 286,70 | 19 410,78 |
| Eletricidade | 10 251,86 | 9 737,46 |
| Combustíveis | | |
| Água | 8 246,03 | 5 946,82 |
| Gás | 5 788,81 | 3 726,50 |
| Outros | | |
| Deslocações, estadas e transportes | 194,60 | |
| Deslocações e estadas | 194,60 | |
| Transportes de pessoal | | |
| Transportes de Mercadorias | | |
| Outros | | |
| Serviços Diversos | 26 385,16 | 23 505,20 |
| Rendas e Alugueres | 1 594,87 | 371,03 |
| Comunicação | 4 896,61 | 5 407,32 |
| Seguros | 3 106,00 | 2 865,47 |
| Contencioso e Notariado | 459,00 | 612,00 |
| Despesas de Representação | 8 285,05 | 6 482,92 |
| Limpeza, Higiene e Conforto | 3 728,63 | 3 735,71 |
| Outros Serviços | 4 315,00 | 4 030,75 |
| TOTAL | 70 684,97 | 69 052,23 |

9.8 Outros gastos

Os outros gastos incorridos nos períodos foram os seguintes:

| | 2022 | 2021 |
|---|-----------------|---------------|
| Impostos | 500,00 | 500,00 |
| Correções relativas a períodos anteriores | 334,63 | 203,96 |
| Quotizações | 198,00 | 278,00 |
| Outros | 10,30 | |
| TOTAL | 1 042,93 | 981,96 |

9.9 Outras aplicações financeiras

A rubrica de “Outras aplicações financeiras” refere-se, essencialmente, a instrumentos financeiros cuja intenção da Instituição é de detenção por um período superior a um ano. O impacto da valorização ao justo valor destes instrumentos encontra-se registado na rubrica da demonstração dos resultados “Aumentos/(Reduções) de justo valor”. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica analisa-se como segue:

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------|-----------------|-----------------|
| Ações cotadas | 5 245,01 | 5 214,65 |
| Títulos de dívida pública | 87,86 | 90,00 |
| TOTAL | 5 332,87 | 5 304,65 |

9.10 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.



FUNDADA EM 1882

RELATÓRIO E CONTAS 2022

PARECER DO DEFINITÓRIO



PARECER DO DEFINITÓRIO

Nos termos da alínea d) do artigo número 25 dos estatutos da “Associação do Hospital de Crianças Maria Pia”, vimos apresentar o Parecer sobre o Relatório e Contas, referentes ao exercício de 2022 elaborados pela Mesa Administrativa.

O Resultado Líquido do período cifrou-se num valor negativo de 99.939,65 euros (em 2021, foi negativo em 131.187,06 euros).

De realçar que a rubrica de “Outros Rendimentos” nos Proveitos, praticamente “anula” a verba de 300.000 euros da conta “Imparidade de dívidas a receber” do lado dos Custos. Estas duas contas dizem ambas respeito ao contrato de arrendamento dos edifícios hospitalares, por isso, trataremos de chamar a atenção de outras contas, para perceber os valores que ditaram o prejuízo de 2022.

Com efeito, somados os “Fornecimentos e serviços externos” (70.684,97 euros), mais “Gastos com o pessoal” (108.686,92 euros) e mais “Gastos de depreciação” (73.913.60 euros), do lado dos Gastos, ultrapassam o valor de 153.500.67 euros de “Vendas e serviços prestados”, em 99.784,82 euros, diferença próxima do resultado líquido negativo de 99.939,65 euros, o mesmo é dizer, praticamente, foram as referidas quatro rubricas que contribuíram para o resultado do exercício de 2022.

O Relatório e Contas apresentado pela Mesa Administrativa é suficientemente elucidativo para complementar a análise e conclusões do Definitório.

Tendo o Definitório feito as análises adequadas e obtido os esclarecimentos necessários, é de Parecer que o Relatório e as Contas apresentadas pela Mesa Administrativa, relativas ao exercício de 2022, refletem adequada e apropriadamente, nos aspectos mais relevantes, a situação financeira da “Associação do Hospital de Crianças Maria Pia”, pelo que propõe à Assembleia-Geral que sejam aprovados.

O Definitório expressa ainda o seu agradecimento à Mesa Administrativa e aos Serviços da Associação pela colaboração prestada.

Porto e AHCMP, 7 de Março de 2023

O Definitório,

Presidente Aniceto Vieira Martins

Vice-Presidente Eduardo Manuel da Cunha Pinto

Vogal Constança Mariana Delgado Baldaia